

A INCLUSÃO ESCOLAR E O OLHAR DOCENTE: DESAFIOS E MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

STADLER; MARLA DOS SANTOS ¹, MANJINSKI; DR. EVERSON ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva quando é colocada em pauta, gera muitas reflexões, pois é um tema que envolve diversos conceitos e posições. A educação inclusiva está crescendo cada vez mais no Brasil principalmente em aspectos científicos e legislativos. Não se questiona mais sobre a inclusão escolar ou sua implementação segundo as leis e políticas públicas no âmbito escolar; é necessário entender que a inclusão é uma realidade há bastante tempo e exige adaptações em diversos âmbitos.

A parceria entre família e escola fornecerá condições adequadas para que o ensino-aprendizagem e a inclusão se realizem com sucesso. É necessário ter em mente que a inclusão é uma realidade que, para ser vivida adequadamente, torna-se necessário o comprometimento, a mudanças de velhos paradigmas, além de adaptações curriculares, estruturais e principalmente mudanças atitudinais.

A escola, sendo uma instituição social, historicamente considerada, é uma das primeiras, depois da instituição familiar, na qual o indivíduo é inserido. Ela tem como princípios primordiais ensinar, formar, desenvolver conhecimentos e saberes na vida dos educandos, de forma que eles possam colocá-los em prática ao longo da vida, enquanto cidadãos pertencentes a um determinado grupo social.

PROBLEMA DE ESTUDO

A escola é uma das principais instituições com funções que promovem a educação, acredita-se ser necessário refletir sobre como a criança com necessidades especiais está sendo inserida no âmbito escolar de modo que receba o atendimento adequado que auxilie em seu processo de ensino e aprendizagem? Outro aspecto importante a ser refletido é sobre a perspectiva do professor sobre a inclusão e qual seu preparo e formação, para receber e realizar um trabalho com práticas inclusivas com seus alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE)?

OBJETIVOS

Este estudo busca analisar a ocorrência da inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular e a perspectiva dos docentes sobre a inclusão, sua formação e preparo no que se refere a educação inclusiva em uma instituição pública municipal. Especificamente busca-se conhecer os aspectos históricos e políticos que nortearam a Educação Especial até o período da inclusão; refletindo sobre as concepções e características historicamente e socialmente construídas em relação à pessoa com necessidades especiais; analisar a perspectiva dos docentes sobre a inclusão e as barreiras encontradas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidade especiais.

REFERENCIAIS

A educação especial em sua trajetória histórica passou por várias fases, adquirindo diversos conceitos e princípios, caminhando na atualidade para o contexto de educação inclusiva, superando as antigas concepções no que se refere aos indivíduos com necessidades especiais.

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), marlastadleruepg@gmail.com

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), emanjinski@uepg.br

Desde a antiguidade, a sociedade demonstrou haver dificuldades em lidar com as diferenças entre as pessoas e principalmente no que diz respeito à forma de aceitar as diferenças e deficiências.

No século XVI, médicos e pedagogos acreditavam na possibilidade da educação para pessoas consideradas ineducáveis, porém, neste período o cuidado, que era assistencial, acontecia somente em manicômios e asilos (Dota, 2007). O surgimento da educação especial teve grande importância no final do século XVIII, época em que as pessoas com necessidades especiais eram discriminadas e rejeitadas pela sociedade.

Em relação às pessoas com deficiência mental, pensamentos médico-pedagógicos originaram a educação especial por meio de iniciativas precursoras como Maria Montessori, Sociedades Pestalozzi, Froebel e outras (Facion, 2009). Os tratamentos em hospitais psiquiátricos aconteceram no período Imperial, mais precisamente na Bahia, em 1874. Neste período, surdos e cegos eram isolados do convívio social, mesmo não necessitando de tal isolamento.

No decorrer do século XX foram registrados vários avanços significativos, que no início do século XXI demonstraram os principais passos para uma nova fase da educação especial, conhecida por inclusão. Fase essa caracterizada pelo direito de ser diferente, de viver e conviver em sociedade.

A inclusão se aplica a todos os ambientes, sejam sociais, educacionais ou outros. A inclusão escolar deve ser entendida como um processo de mudança, de reforma e reestruturação das escolas, de modo a exigir e assumir uma postura de convivência e aprendizagem que beneficie a todos. São estas aprendizagens que na concepção de Jacques Delors é denominado de: “Quatro Pilares da Educação” que compreendem: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos (Conviver) e Aprender a Ser.

O objetivo da inclusão escolar é garantir que todas as crianças participem de todas as oportunidades ofertadas pela escola, pois esta seria uma forma de impedir o isolamento e a segregação (Mittler, 2003).

Um dos desafios de uma educação inclusiva está em encontrar uma forma de unir o desenvolvimento do currículo, a organização da escola e o desenvolvimento profissional do professor para o atendimento as necessidades desse aluno. Na Constituição Federal, elaborada em 1988, a partir dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A busca por uma sociedade igualitária está idealizada na Declaração mencionada. Em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, que segundo Heredero (2010), ela “[...] traz em sua redação muito do que se discutiu na elaboração da Declaração de Salamanca, defendendo a Educação para todos”.

A inclusão está sendo cada vez mais exigida, acarretando o aumento do número de pessoas com necessidades especiais em escolas de ensino regular, que muitas vezes não estão preparadas para recebê-los e auxiliá-los. Conforme analisa Freitas (2010), as escolas ainda estão despreparadas quanto: às instalações físicas, material didático pedagógico e, principalmente, à capacitação de professores, o que diminui a qualidade da inclusão. Destes obstáculos, o maior é o despreparo profissional, pois os professores não estão acostumados com alunos com necessidades especiais. Isso acontece porque os cursos que formam professores abordam pouco, ou nada, sobre a inclusão. Existe “[...] a carência de articulação de uma rede de serviços, fundamentais para a inclusão educacional, e para a qualidade de vida dos cidadãos [...]” (Paulon, Freitas e Pinho, 2005 p. 30).

Para realizar a inclusão com sucesso, de forma correta, é necessário um trabalho interdisciplinar, e repensar a formação do professor, para que esta corresponda às demandas atuais (Freitas, 2010). Após a fase de compreensão e adaptação, a família se torna importante para o desenvolvimento da criança, colaborando principalmente ao fornecer informações para os profissionais da escola, sobre as formas de comunicação utilizadas pela criança, além de outros hábitos que ela possa ter.

METODOLOGIA

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), marlastadleruepg@gmail.com

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), emanjinski@uepg.br

Esta pesquisa será exploratória, de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza teórica, documental e bibliográfica. Para isso será feito o levantamento bibliográfico de dissertações, teses, artigos e documentos de políticas públicas internacionais, nacionais e municipais, abordando assuntos relevantes sobre o tema inclusão, tendo como embasamento principal as leis que regem o país, a educação, e principalmente a modalidade de Educação Especial, visando compreender as bases teóricas e legais que fundamentam a Educação Inclusiva. Aliado à pesquisa de campo através de aplicação do questionário, como instrumento de coleta de dados.

O estudo será realizado em uma escola municipal de ensino regular, na qual esta pesquisadora atua como professora referência (regente de classe), que abrange desde a Educação Infantil de 4 e 5 anos ao Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano das séries iniciais, por meio do questionário, no qual os professores e a equipe gestora serão questionados quanto ao trabalho, formação e preparo referente e Inclusão Escolar. A análise dos dados será feita por triangulação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com este estudo espera-se analisar como a escola e seus docentes concebem e efetivam a inclusão, assegurando condições de acessibilidade aos recursos pedagógicos, meios de locomoção, comunicação e inclusão escolar.

Este estudo busca apresentar sugestões, procedimentos, cuidados e adaptações para o atendimento e inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial sob a perspectiva inclusiva, necessárias para a mudança de paradigmas na sociedade e no ambiente escolar.

Espera-se demonstrar a perspectiva do docente sobre a inclusão e a formação que possuem na área da educação inclusiva, além de averiguar como ocorre o trabalho desses docentes em relação aos seus alunos que necessitam de atendimento educacional especial, seus desafios enfrentados diariamente e as superações que vivenciam. Entretanto não se pode esquecer que a responsabilidade no processo inclusivo é de todos os envolvidos, sejam eles educadores, gestores ou familiares, pois estes devem criar as condições necessárias para a concretização do direito de inclusão e educação.

Quando o professor e a escola não estão preparados para receber e atender as necessidades desses alunos, a inclusão não acontece como deveria acontecer, com qualidade e responsabilidade, de modo que aluno receba o atendimento adequado e o processo de ensino e aprendizagem se efetive como deve ser perante as leis e políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**: coletânea de legislação administrativa/organizadora Odete Medauar. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei Darcy Ribeiro: fundamentos legais/organizadores Valentina Ljubstchenko, Nelson Valente. 1ª ed. São Paulo: EDICON, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer 17/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **P. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão. Revista da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, v. 4, 2008, p. 7-17.

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), marlastadleruepg@gmail.com

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), emanjinski@uepg.br

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. Brasília: SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1**. Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (Lei nº 10.172/01), 2000. CIBEC/MEC. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v. 5, n. 1 (jan/jul). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CARVALHO, E. N. S. (org.) **Educação Especial - Deficiência Mental**. Série Atualidades Pedagógicas 3. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

CIBEC/MEC. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v. 5, n. 2 (jul/dez). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

DOMINGUES, C. dos A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual _ baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.

DOTA, F. P. **Educação Especial no Brasil: Uma análise histórica**. Revista Científica de Psicologia. São Paulo, ano V, nº 8, maio de 2007.

FACION, J. R. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. 2ª Ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

FREITAS, S. N. (orgs.). **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em : <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125135/ISSN2178-5198-2010-32-02-193-208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 maio 2024.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**; trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23-37.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L.; PINHO, G. S. **Documento Subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, ensino regular, formação docente, inclusão, práticas inclusivas

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), marlastadleruepg@gmail.com

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), emanjinski@uepg.br

